

Continuação

Continuação Nota 20...

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
(245)	(129)	(872.168)	(976.375)
Por natureza			
Custo das mercadorias vendidas	-	(566.242)	-
Custo dos produtos vendidos	-	(164.678)	(189.842)
Royalties	-	(156.241)	(142.813)
Despesas com pessoal	(41)	(38)	(38.085)
Frete, despachos e armazenagens	-	(12.907)	(12.023)
Despesa de depreciação e amortização	-	(10.367)	(5.454)
Serviços de terceiros	(99)	(90)	(10.390)
Comissões de venda	-	(5.773)	(10.363)
Outras receitas e despesas	(105)	(1)	(6.611)
Manutenções diversas	-	(4.884)	(3.848)
Despesa amortização direito de uso	-	(4.482)	(2.779)
Perdas estim. em créditos de liq. duvidosa	-	(2.458)	(659)
Perdas com créditos devedores duvidosos	-	(2.343)	-
Combustíveis e lubrificantes	-	(2.402)	(1.955)
Provisão para perdas em estoques	-	(152)	(289)
Despesa de provisão para litígios	-	-	24
Bonificações	-	10.231	10.253

21. Resultado financeiro: As receitas e despesas financeiras estão compostas da seguinte forma:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
Juros recebidos	-	7.483	1.826
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	6.492	6.171
Outras receitas financeiras	-	5.200	3.840
Varição cambial ativa	-	3.205	-
Varições cambiais s/emprést. e financiamentos	-	-	2.825
Descontos Obtidos	-	1.038	3.661
Ganho nas operações de hedge	-	348	1.684
Ajustes valor justo	-	-	7.534
Receitas financeiras	-	23.766	27.541
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(46.212)	(41.069)
Descontos concedidos	-	(14.669)	(36.397)
Varição cambial passiva	-	(3.104)	-
Varições cambiais s/emprést. e financiamentos	-	(4.618)	(1.616)
Custos da transação CRA	-	4.995	(5.839)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	(4.008)
Ajustes valor justo	-	-	(2.748)
Perda nas operações de hedge	-	-	(8.408)
Despesas financeiras	(2)	(1)	(80.354)
Resultado financeiro	(2)	(1)	(66.588)

22. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis de forma permanente. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota efetiva nominal está demonstrada a seguir:

Consolidado	
2024	2023
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	29.617
Adições	5.766
Distrib. de lucros pagos da conta de reserva para incent. fiscais	311
Instrumentos financeiros	152
Provisão para perdas em estoques	579
Despesas não dedutíveis	2.813
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	96
Outras adições	2.748
Ajuste a valor justo	(7.763)
Provisão para litígios	(24)
Exclusões	(3.712)
Instrumentos financeiros	(2.166)
Atualização de impostos	(117.953)
Subvenção para investimentos	(355)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(45)
Outras exclusões	(1.666)
Diferença de taxas de depreciação	34.011
Lucro real	(12.612)
Aproveitamento de prejuízo fiscal de períodos anteriores	21.399
Base de cálculo do imposto	24%
Alíquota vigente	10%
Adicional de imposto sobre lucro excedente	(9.982)
Imposto de renda e contribuição social corrente	177
Incentivos fiscais	(9.805)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-33,11%
Alíquota efetiva	0,00%

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 refere-se a:

Consolidado	
2024	2023
Prejuízo fiscal diferido	4.402
Provisão para litígios	8
Ajuste de avaliação patrimonial	(19)
Provisão para perdas estoques	(56)
Outras diferenças temporárias	(538)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(806)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.846)
Ajuste valor justo de estoques	(3.208)
Imposto de renda diferido líquido	(2.063)

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele, o mesmo é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de commodities, o qual se realiza no ato da medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre. Em 31 de dezembro de 2024, revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. A movimentação do ativo e passivo diferido fiscal está representado a seguir.

Consolidado	
Ativo	Passivo
2.818	(7.016)
27.213	-
2.242	(2.647)
-	211
(2.835)	2.835
(239)	-
29.199	(6.617)
(27.213)	-
(1.986)	-
(4.482)	-
31.615	-
-	192
27.133	(6.425)

Em 31 de dezembro de 2022

Constituição através de prejuízos fiscais

Constituição através de diferenças temporárias

Constituição através de avaliação patrimonial

Reclassificação natureza impostos diferidos (*)

Reversão através de diferenças temporárias

Em 31 de dezembro de 2023

Reversão de prejuízos fiscais

Reversão de diferenças temporárias

Constituição através de diferenças temporárias

Constituição através de prejuízos fiscais

Constituição através de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024

VEGA PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ 21.363.480/0001-25

(*) Exceto imposto diferido calculado sobre o ajuste de avaliação patrimonial, que em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 6.617 (seis milhões seiscentos e dezessete mil reais).

23. Partes relacionadas: As Empresas Controladas pela Companhia possuem operações de vendas de insumos e compra de sementes dentro das operações normais da atividade. Operações financeiras celebradas com partes relacionadas, que não estão diretamente vinculadas às atividades operacionais, são contabilizadas em contas específicas de ativos e passivos. As partes relacionadas estão distribuídas nas seguintes rubricas:

Consolidado			
Balanco patrimonial			
2024		2023	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
-	29.350	-	22.977
8.754	-	964	-
-	3.591	-	-
-	209	-	2.727
-	1.471	-	1.812
8.754	34.621	964	27.516

Distribuídas nas seguintes rubricas

Partes relacionadas

Contas a receber de clientes (Nota 5)

Fornecedores (Nota 14)

Ajuntamento de clientes (Nota 17)

Venda entrega futura (Nota 18)

Total

Consolidado			
Balanco patrimonial			
2024		2023	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
8.754	34.621	964	27.516
8.754	34.621	964	27.516

Distribuídas nas seguintes partes relacionadas

Efraim Fischmann

Total

Consolidado			
Demonstração do resultado			
2024		2023	
Vendas	Compras	Vendas	Compras
12.986	-	8.647	-
-	-	-	9.614
12.986	-	8.647	9.614

Distribuídas nas seguintes rubricas

Vendas com partes relacionadas (Nota 19)

Compras com partes relacionadas

Total

Consolidado			
Demonstração do resultado			
2024		2023	
Vendas	Compras	Vendas	Compras
12.986	-	8.647	9.614
12.986	-	8.647	9.614

24. Provisão para litígios e depósitos judiciais - Provisão para litígios: A Companhia e suas Controladas tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível, avaliados no montante de R\$ 4.722 (quatro milhões setecentos e vinte e dois mil reais) em 31 de dezembro de 2024. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes / IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes com probabilidade de perda consideradas prováveis permaneceram inalterados, totalizando o montante de R\$ 40 (quarenta mil reais), conforme demonstrado a seguir:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
-	-	40	40
-	-	40	40

Depósitos judiciais: O quadro a seguir demonstra os valores depositados judicialmente:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
-	-	243	-
-	-	1.903	243
-	-	2.146	243

Em 1º janeiro

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro

25. Patrimônio líquido - Capital social: Em 30 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em 132.990.004 (cento e trinta e dois milhões novecentos e noventa mil e quatro) ações ordinárias, correspondentes a R\$ 132.990 (cento e trinta e dois milhões novecentos e noventa mil reais), mediante a capitalização de reservas de lucros no valor de R\$ 113.990 (cento e treze milhões novecentos e noventa mil reais) e a capitalização do valor de R\$ 19.000 (dezenove milhões) através de créditos junto a acionistas. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 corresponde a R\$ 144.000 (cento e quarenta e quatro milhões de reais), dividido em 144.000.00 (cento e quarenta e quatro milhões) de ações e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 11.010 (onze milhões e dez mil reais) dividido em 11.009.996 (onze milhões e nove mil e novecentos e noventa e seis) ações ordinárias, sem valor nominal. Reserva legal: Está constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, equivalente a 5% do lucro de cada exercício, antes de qualquer destinação e limitado a 20% do capital social, totalizando em 31 de dezembro de 2024 R\$ 3.105 (três milhões cento e cinco mil reais). Ajustes de avaliação patrimonial: Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando em 31 de dezembro de 2024 R\$ 12.469 (doze milhões quatrocentos e sessenta e nove mil reais) e R\$ 12.843 (doze milhões oitocentos e quarenta e três mil reais) em 31 de dezembro de 2023. Reserva de lucros: Compostos pelo saldo de lucros acumulados dos exercícios anteriores, mais o resultado líquido do exercício, após as destinações obrigatórias e os dividendos propostos pela administração. Reserva de incentivos fiscais: Nas Controladas as reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua origemação: Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, descritos na nota explicativa 26, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as Empresa Controladas pela Companhia constituíram reservas para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 23.121 (vinte e três milhões cento e vinte e um mil reais) líquido do efeito da realização de lucros. Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, as Controladas deverão efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios as Controladas apresentaram prejuízos fiscais ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, deixarão de constituir reserva de incentivos fiscais ou constituirão a integralidade do lucro contábil apurado no período. Em 2024 as Empresas Controladas não registraram subvenção de isenção e redução em seu resultado, no entanto, constituiram reservas de R\$ 23.121 (vinte e três milhões cento e vinte e um mil reais) referente a reserva pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023 e possuem o montante de R\$ 216.583 (duzentos e dezesseis milhões quinhentos e oitenta e três mil reais) de reservas a constituir com base em lucros futuros. 26. Subvenções Governamentais: As subvenções governamentais recebidas pelas controladas correspondem a incentivos fiscais estaduais de ICMS. As subvenções Estaduais têm a natureza de subvenção para investimento. Incentivos fiscais estaduais: Isenção e redução de base de cálculo do ICMS: As subvenções governamentais recebidas pelas Empresas Controladas correspondem à isenção e redução de base de cálculo do ICMS as quais decorrem dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS

são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Em 2020 as Controladas retificaram suas obrigações acessórias dos exercícios de 2016 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos a recuperar, totalizando R\$ 26.981 (vinte e seis milhões novecentos e oitenta e um mil reais) em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 25.063 (vinte e seis milhões e sessenta e três mil reais) em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na nota explicativa 7. Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, as Controladas deverão efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. O total da subvenção de 2016 a 2023 corresponde a R\$ 454.288 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões duzentos e oitenta e oito mil reais), sendo que deste valor R\$ 237.705 (duzentos e trinta e sete mil e setecentos e cinco mil reais) já foram subvencionados o o saldo de R\$ 216.583 (duzentos e dezesseis milhões quinhentos e oitenta e três mil reais) são reservas a constituir com lucros futuros. A partir de 01 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 dezembro de 2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos Estados. Em função da alteração da legislação, as Empresas Controladas pela Companhia suspenderam a utilização dos benefícios fiscais de acordo com a nova Lei 27. Autorização para a conclusão das demonstrações financeiras: Em 15 de abril de 2025, a administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras da Vega Participações S.A. Reconhecemos a exatidão das presentes Demonstrações Financeiras que representam fielmente a situação econômico-financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre - RS, 31 de dezembro de 2024.

Efraim Fischmann - Diretor Presidente - CPF 293.021.370-15

Luciana Andréia Baldin - Contadora CRC/RS 0797410-7 - CPF - 010.056.010-54

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e diretores da VEGA PARTICIPAÇÕES S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vega Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vega Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim - RS, 15 de abril de 2025.

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda. - CRC RS 0046270 - CVM 11.134

Luciana Todero Perin - CRC RS 068404/O-9